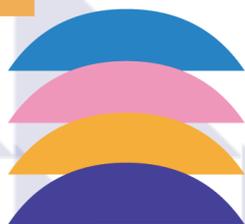


1ª

CMDH

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS

POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



Secretaria da Mulher
dos Direitos Humanos



PREFEITURA DE
Cubatão

Realização:



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS DE CUBATÃO

A realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos Humanos de Cubatão não é apenas um evento, mas um marco histórico e um ponto de virada para a cidade. Sua importância é imensa e se desdobra em diversos aspectos que impactam diretamente a vida de cada cidadão e o futuro do município.

Aqui estão os principais pontos que destacam sua relevância:

Por ser a primeira, esta conferência estabelece a base para uma política de direitos humanos contínua e estruturada em Cubatão. Ela sinaliza o compromisso do poder público e da sociedade em tratar o tema com a seriedade que ele merece, saindo do campo das ideias para a construção de ações práticas. É a semente que pode gerar um Plano Municipal de Direitos Humanos e, futuramente, um Conselho Municipal, garantindo que essa pauta se torne permanente.

Enquanto as leis e os grandes debates acontecem em níveis federal e estadual, os direitos humanos são vividos (ou violados) aqui, no nosso dia a dia: no posto de saúde, na escola do bairro, no transporte público, no acesso ao emprego e na segurança da nossa rua. A conferência traz a discussão para a realidade de Cubatão, permitindo que os problemas específicos da nossa cidade sejam ouvidos e enfrentados.

A conferência é o espaço democrático mais importante para criar uma ponte fundamental entre a população e o poder público. Não é apenas um lugar para apresentar queixas, mas para propor soluções concretas. Cidadãos, movimentos sociais e especialistas podem dialogar diretamente com os gestores públicos para construir, juntos, políticas mais justas e eficazes.

Uma cidade justa é aquela que cuida de todos, especialmente dos mais vulneráveis. A conferência joga luz sobre as dificuldades enfrentadas por grupos específicos em Cubatão, como:

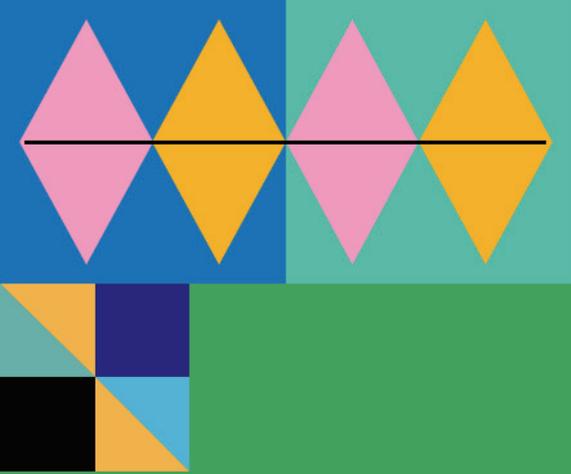
- Crianças e adolescentes em situação de risco;
- Idosos que necessitam de mais cuidado e acessibilidade;
- Mulheres vítimas de violência;
- A população negra, que luta contra o racismo estrutural;
- Pessoas da comunidade LGBTQIA+, que enfrentam preconceito;
- Pessoas com deficiência, que exigem uma cidade mais inclusiva;
- Trabalhadores e famílias impactadas por questões ambientais e de saúde.

Ouvir essas vozes é o primeiro passo para criar políticas que realmente funcionem para quem mais precisa.

Ao debater abertamente os direitos humanos, a conferência educa e sensibiliza toda a comunidade sobre a importância do respeito, da empatia e da igualdade. Ela ajuda a combater o preconceito e a desinformação, fortalecendo os laços sociais e promovendo uma cultura de paz em Cubatão.

A 1ª Conferência Municipal dos Direitos Humanos é a oportunidade de ouro para Cubatão fazer um diagnóstico coletivo de si mesma e traçar um caminho claro para um futuro onde a dignidade de cada pessoa não seja apenas uma palavra na lei, mas uma realidade vivida em cada canto da cidade. É um investimento no maior patrimônio do município: seus cidadãos.

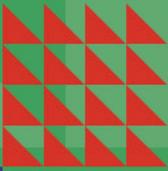




EIXO 1



**ENFRENTAMENTO
DAS VIOLAÇÕES E
RETROCESSOS**



ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES E RETROCESSOS

Para que o Brasil tenha uma democracia forte e justa, toda a sociedade precisa lutar contra as violações de direitos humanos que acontecem todos os dias. Combater esses problemas é a única forma de garantir que nossa democracia seja inclusiva, combata as desigualdades e respeite a dignidade de todos.

A 1ª Conferência MUNICIPAL dos Direitos Humanos foi criada justamente para fortalecer essa luta e proteger as pessoas mais vulneráveis. No entanto, os desafios continuam enormes.

A realidade da violência em números

A violência no país atinge níveis alarmantes, especialmente contra grupos específicos:

- Crianças e Adolescentes: Em 2023, mais de 2.200 foram assassinados, uma média de quase 7 por dia. A maioria das vítimas era negra e do sexo masculino. Além disso, 74% das agressões denunciadas acontecem dentro de casa.
- População LGBTQIA+: As denúncias de discriminação em serviços de saúde triplicaram entre 2015 e 2022. Apenas em 2022, foram registradas mais de 4 mil denúncias de violações, o que dá uma média de 11 por dia.
- Jovens Negros: A violência contra a juventude negra é tão sistemática que é considerada um genocídio, causado pelo racismo estrutural. Dados de 2023 mostram que quase 77% das vítimas de assassinato no país são negras, a maioria homens jovens de periferias.
- Mulheres: O assassinato de mulheres (feminicídio) também é um problema grave. Em 2022, quase quatro mulheres foram assassinadas por dia no Brasil. Esses crimes são o resultado de uma cultura machista que precisa ser combatida com educação e políticas de proteção.
- Defensores de Direitos Humanos: A violência afeta até mesmo quem luta para proteger os outros. O Brasil é um dos países mais perigosos do mundo para ambientalistas (34 mortes em 2022) e os conflitos por terra no campo também causam muitas mortes.

Como podemos construir uma justiça mais eficaz?

É fundamental entender que a violência não atinge a todos da mesma forma. Alguns grupos, como mulheres negras, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans, sofrem múltiplos tipos de preconceito ao mesmo tempo.

Para que a justiça funcione de verdade, as leis e políticas públicas precisam levar em conta essas diferentes realidades. Não adianta criar soluções gerais que não atendem às necessidades específicas de cada grupo.

ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES E RETROCESSOS

Construindo o debate para o Eixo:

- Combate à Violência contra Grupos Vulnerabilizados - Mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros
- Proteção para defensores e defensoras de direitos humanos;
- Direitos Humanos e Acesso à Justiça e Cidadania;
- Enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação;
- Enfrentamento ao racismo religioso e à intolerância religiosa;
- Combate à tortura e ao tratamento cruel, desumano e degradante;
- Enfrentamento às violações de Direitos Humanos no mundo do trabalho;
- Enfrentamento às violências do campo;
- Direitos humanos e empresas;
- Enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão;
- Combate ao tráfico de pessoas;
- Direitos humanos e segurança pública;
- Enfrentamento à violência de gênero;
- Enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Para refletir: As violações persistentes de direitos humanos comprometem a manutenção da democracia no Brasil. Quais estratégias para combater essas diversas violações?





EIXO 2

**DEMOCRACIA E
PARTICIPAÇÃO
POPULAR**



2 EIXO E

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A verdadeira democracia não se resume a votar. Ela acontece quando as pessoas participam diretamente das decisões que afetam suas vidas. Em tempos de ameaças autoritárias e fake news, não basta apenas defender o sistema atual. É preciso ir além e aprofundar a democracia.

Isso significa dar mais poder à sociedade, garantir que mais vozes sejam ouvidas e criar mais espaços para o diálogo. A 1ª Conferência MUNICIPAL dos Direitos Humanos tem esse como seu principal objetivo. Para alcançá-lo, precisamos focar em três grandes desafios:

1. Olhar para o Passado para Construir o Futuro

Não podemos construir uma democracia forte hoje sem acertar as contas com o nosso passado autoritário, como a ditadura militar. O Brasil ainda tem uma dívida com as vítimas daquela época.

Para resolver isso, é preciso garantir quatro coisas:

- Memória: Lembrar e ensinar o que aconteceu.
- Verdade: Esclarecer os crimes cometidos pelo Estado.
- Justiça: Responsabilizar os culpados.
- Reparação: Compensar as vítimas e suas famílias.

Ignorar essa história abre espaço para que ideias autoritárias voltem. Ensinar sobre esse período às novas gerações é fundamental para que a história não se repita.

2. Combater a Desinformação e o Ódio

Outro grande desafio é a onda de fake news e discursos de ódio, principalmente na internet. Essas mentiras atacam grupos vulneráveis e envenenam o debate público.

Para combater isso, precisamos de duas frentes:

- Regulação Responsável: Discutir regras para as plataformas digitais que protejam as pessoas do ódio e da desinformação, sem censurar a liberdade de expressão.
- Educação em Direitos Humanos: A arma mais poderosa é a educação. Ensinar sobre respeito, empatia e direitos humanos nas escolas, na mídia e em todos os lugares forma cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de identificar mentiras e valorizar a convivência com as diferenças.

EIXO 2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

3. Dar Voz a Quem Nunca Foi Ouvido

Aprofundar a democracia significa, acima de tudo, incluir mais gente nas decisões. O poder deve estar nas mãos da sociedade.

É essencial ouvir os grupos que sempre foram marginalizados: povos indígenas, população negra, pessoas com deficiência, mulheres, comunidade LGBTQIA+, jovens de periferia e muitos outros.

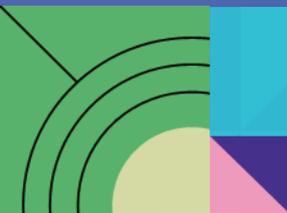
A 1ª Conferência é o espaço para que essas vozes estejam no centro do debate, ajudando a construir um Brasil verdadeiramente democrático, plural e justo para todas as pessoas.

Construindo o debate para o Eixo:

- Ampliação da participação popular nos espaços públicos
- Garantia da liberdade de expressão, Combate às Notícias Falsas e ao Discurso de Ódio;
- Promoção da Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- Memória, Verdade e Justiça de transição;
- Fortalecimento da democracia e do Estado de Direito;
- Regulamentação da internet e da inteligência artificial;
- Transparência e controle social;
- Direito à memória e à verdade;
- Violência institucional e vítimas do Estado.

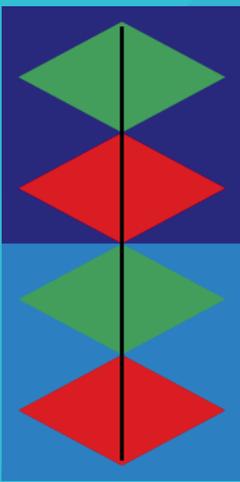
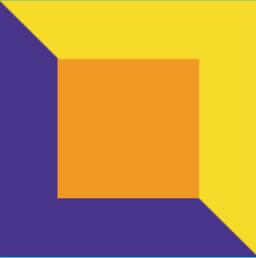
Para refletir: A participação popular em espaços públicos, a exemplo de conselhos municipais e estaduais, colabora para a manutenção da democracia e para a garantia da dignidade e direitos dos indivíduos. Como ampliar essa participação?





EIXO 3

**IGUALDADE E
JUSTIÇA SOCIAL**



Um dos maiores objetivos de uma democracia é criar uma sociedade justa, onde todos tenham as mesmas oportunidades. No Brasil, um país com um histórico de enormes desigualdades, esse desafio é ainda mais urgente.

A Constituição de 1988 promete direitos e dignidade para todos, mas, na prática, a realidade é outra. Muitas pessoas ainda não têm acesso ao que é garantido por lei.

O que realmente significa a pobreza?

Ser pobre no Brasil não é apenas ter pouco dinheiro. É não ter acesso a direitos básicos, como saúde, educação e moradia, e não ter oportunidades para melhorar de vida. A pobreza não é culpa do indivíduo, mas um problema de toda a sociedade que precisa ser resolvido com políticas públicas eficientes, como programas de transferência de renda e a valorização do salário-mínimo.

Os pilares para uma sociedade mais justa

Para combater a desigualdade, é preciso focar em garantir direitos essenciais para todos:

1. Saúde, Educação e Moradia para Todos O acesso a serviços públicos de qualidade não é igual para todo mundo. O lugar onde você mora, a cor da sua pele ou sua origem influenciam diretamente suas oportunidades. Para que todos tenham os mesmos direitos, o governo precisa investir mais no SUS, na educação pública e em moradia, ouvindo as necessidades de cada comunidade.

2. Direito à Moradia Digna Milhões de brasileiros não têm um lugar digno para morar. Faltam casas, e muitas famílias são expulsas de seus bairros para dar lugar a imóveis mais caros. Ter uma casa digna significa ter acesso a água, luz, segurança e serviços públicos por perto.

3. Direito à Alimentação É inaceitável que, em um país tão rico, a fome seja uma realidade. Hoje, mais de 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil. O problema não é a falta de comida, mas a má distribuição de renda e a falta de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar e garantam comida na mesa de quem mais precisa.

4. Reconhecer as Diferenças para Promover a Igualdade Para sermos justos, precisamos entender que nem todos partem do mesmo ponto. Grupos como a população negra, os povos indígenas, as mulheres, as pessoas LGBTQIA+ e as pessoas com deficiência enfrentam preconceitos e barreiras históricas..

Por isso, políticas como as cotas raciais em universidades e concursos são importantes. Elas não são um privilégio, mas uma ferramenta para ajudar a equilibrar o jogo e dar oportunidades a quem sempre ficou para trás.

O retrato mais cruel da desigualdade: a população em situação de rua

As pessoas em situação de rua são privadas de todos os direitos básicos e sofrem violência constante. Para ajudá-las, é preciso criar políticas integradas que ofereçam não apenas abrigo, mas também acesso à saúde, assistência social e oportunidades de recomeçar.

Não existe democracia de verdade quando tantas pessoas são deixadas para trás. Construir uma sociedade justa significa lutar contra as causas da desigualdade e garantir que todos, sem exceção, tenham seus direitos respeitados.

A 1ª Conferência MUNICIPAL dos Direitos Humanos é um espaço importante para discutir e encontrar soluções para que o Brasil se torne um país onde a dignidade e a justiça sejam uma realidade para todos.

Construindo o debate para o Eixo:

- Combate à pobreza e à fome;
- Garantia do Acesso Universal à Saúde, Educação, Moradia e Outros Direitos Sociais;
- IMplementação de políticas públicas afirmativas para grupos discriminados;
- Garantia dos direitos da população em situação de rua;
- Promoção da inclusão e da acessibilidade;
- Promoção da igualdade étnico-racial e de gênero;

Para refletir: De que maneira é possível mitigar os efeitos da pobreza e da desigualdade nos acessos aos direitos universais das populações vulnerabilizadas?



EIXO 4

**JUSTIÇA CLIMÁTICA,
MEIO AMBIENTE E
DIREITOS HUMANOS**



✚ JUSTIÇA CLIMÁTICA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

A crise climática é um dos maiores problemas do nosso tempo, junto com a desigualdade social. Embora as mudanças no clima afetem o planeta inteiro, seus impactos não são sentidos da mesma forma por todos.

O problema do clima está diretamente ligado à pobreza e ao preconceito. Por isso, hoje, não podemos falar de meio ambiente sem falar de justiça climática: lutar pelo clima é lutar por justiça para as pessoas.

Quem mais sofre com a crise do clima?

Enchentes, secas e falta de alimentos atingem com muito mais força as comunidades que já são vulneráveis. Populações negras, indígenas, ribeirinhas e moradores de periferias são as que mais sofrem.

Isso tem um nome: racismo ambiental. É o resultado de um sistema que, historicamente, empurra as populações mais pobres e negras para áreas de maior risco, sem infraestrutura adequada. É urgente criar planos para proteger essas comunidades e garantir que elas participem das decisões.

As mulheres na linha de frente

As mulheres também são desproporcionalmente afetadas pela crise climática, especialmente as mulheres negras, indígenas e periféricas. Quando um desastre acontece, são elas que enfrentam mais dificuldade para conseguir comida e água, perdem suas fontes de renda e sofrem mais com o aumento da violência. Mesmo sendo as principais cuidadoras de suas comunidades, suas vozes raramente são ouvidas nas decisões sobre o meio ambiente.

Os guardiões da natureza estão ameaçados

Ironicamente, as comunidades que mais protegem a natureza — como os povos indígenas e quilombolas — são as mais ameaçadas. Eles vivem de forma sustentável, cuidando da natureza há gerações, mas sofrem com o avanço do garimpo ilegal, do desmatamento e da grilagem de terras.

Proteger essas comunidades é proteger o planeta. Para isso, é fundamental demarcar suas terras, respeitar seus direitos e combater a violência no campo.

Qual é a mudança necessária?

O modelo atual, focado no lucro do agronegócio e da mineração, destrói o meio ambiente e concentra a riqueza. Precisamos mudar essa mentalidade e entender

✦ JUSTIÇA CLIMÁTICA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

que a terra, a água e as florestas são essenciais para a vida de todos, e não apenas recursos para serem explorados.

A saída para a crise climática passa por mais democracia e mais justiça social. Não podemos resolver o problema ambiental sem combater o racismo e a desigualdade. A 1ª Conferência MUNICIPAL de Direitos Humanos é um espaço para ouvir as vozes das comunidades mais afetadas. São elas que devem nos guiar na construção de um futuro diferente, onde a sociedade e a natureza possam viver em harmonia e com dignidade para todos.

Construindo o debate para o Eixo:

- Enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental e proteção de deslocados e deslocadas climáticas;
- Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Comunidades Tradicionais;
- Direito à Terra, à Água, ao Território e ao Meio Ambiente;
- Meio ambiente limpo, saudável e sustentável;
- Promoção da agroecologia e agricultura familiar;

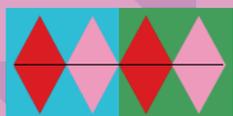
Para refletir: Como prevenir e enfrentar os efeitos das mudanças climáticas que causam a vulnerabilização?





EIXO 5

**FORTALECIMENTO DA
INSTITUCIONALIDADE NA
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS**





FORTELECIMENTO DA INSTITUCIONALIDADE NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Brasil tem boas leis de direitos humanos, mas existe um grande problema: na maioria das vezes, essas leis não chegam de verdade na vida das pessoas. Para que os direitos saiam do papel e se tornem realidade, precisamos de órgãos públicos fortes, organizados e presentes em todo o país.

A Solução: Criar um Sistema Nacional de Direitos Humanos

A proposta é construir um Sistema Nacional de Direitos Humanos. Imagine uma grande engrenagem, onde todas as peças trabalham juntas e em sintonia.

Nesse sistema, ministérios, secretarias, conselhos, defensorias públicas e ouvidorias de todo o país (nível federal, estadual e municipal) estariam conectados, colaborando para proteger os cidadãos.

Por que isso é tão importante? O problema começa nos municípios

Hoje, essa engrenagem não funciona bem. A falta de órgãos locais para proteger os direitos humanos cria "desertos" de cidadania.

Um exemplo claro: denúncias de violência contra a população LGBTQIA+ só foram registradas em 14% dos municípios brasileiros. Na maioria das cidades, simplesmente não existem canais para denunciar ou políticas para prevenir essa violência. Quando não há um órgão local para registrar uma agressão, é como se ela não existisse para o poder público, e a violência continua.

Ter secretarias e conselhos de direitos humanos em cada cidade aproxima o Estado das pessoas e torna os problemas visíveis.

As Peças-Chave do Sistema

Para essa engrenagem funcionar, algumas peças são fundamentais:

1. Conselhos de Direitos Humanos: São espaços essenciais para a população participar, fiscalizar o governo e ajudar a criar soluções. Muitos municípios e até alguns estados ainda não têm conselhos, ou os que existem estão enfraquecidos. Fortalecê-los é fortalecer a própria democracia.

2. Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH): É a peça central, o cérebro do sistema. Ele precisa ter autonomia, uma equipe diversa e recursos para agir. O CNDH funciona como uma ponte entre a sociedade e o governo, especialmente em casos graves de violações.

EIXO FORTALECIMENTO DA INSTITUCIONALIDADE NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

3.FINANCIAMENTO: NENHUMA ESTRUTURA FUNCIONA SEM DINHEIRO. AS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS PRECISAM DE UM ORÇAMENTO GARANTIDO E ESTÁVEL. FORTALECER O FUNDO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS É CRUCIAL PARA QUE AS AÇÕES CHEGUEM A QUEM MAIS PRECISA. DIREITOS HUMANOS NÃO SÃO UM CUSTO, SÃO UM INVESTIMENTO EM UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA.

TRANSFORMANDO LEIS EM REALIDADE

A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS SERVE COMO UM CHAMADO PARA ORGANIZAR O ESTADO E FAZÊ-LO FUNCIONAR PARA TODOS. O OBJETIVO É CONECTAR O GOVERNO FEDERAL, O ESTADO E CUBATÃO PARA QUE TRABALHEM JUNTOS DE FORMA EFICAZ. SEM INSTITUIÇÕES FORTES E PRESENTES EM TODO O TERRITÓRIO, OS DIREITOS HUMANOS CONTINUARÃO SENDO UM PRIVILÉGIO PARA POUCOS, E NÃO UMA GARANTIA PARA TODOS OS BRASILEIROS.

CONSTRUINDO O DEBATE PARA O EIXO:

- SISTEMA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS;
- CONSOLIDAÇÃO DO CNDH COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS;
- FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS;
- ESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS DE DIREITOS HUMANOS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

PARA REFLETIR: COMO CONSTRUIR UMA INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA QUE ALÉM DE PREVENIR E RESPONDER ÀS VIOLAÇÕES, TAMBÉM PROMOVA UMA CULTURA DE DIREITOS?







1ª **CMDH**

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS **DIREITOS HUMANOS**

POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Apoio:



Realização:



Secretaria da **Mulher**
e dos Direitos Humanos



PREFEITURA DE
Cubatão



MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

